

"Intenção foi definir vocação do Estado"

por Cláudia Safatle
de Brasília



João Batista de Abreu

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, procurou definir no orçamento geral da União para o ano que vem, encaminhado ontem ao Congresso Nacional, o novo perfil do federalismo. Ao Estado caberá as funções de segurança nacional e externa, diplomacia, justiça e ciência e tecnologia. Esse foi o critério básico de preservação de recursos para os ministérios correspondentes. "Pretendemos, com esse novo orçamento, definir a vocação do Estado, a partir de agora", explicou o ministro, justificando, assim, porque os ministérios militares, até mesmo o Conselho de Segurança Nacional, tiveram seus recursos preservados em relação ao orçamento deste ano, embora bastante cortados se comparados com o que os respectivos ministros pediram à Secretaria do Planejamento (Seplan). A explicação do ministro abrange também a área social, que teve seus gastos substancialmente cortados, em razão da nova partilha de recursos entre União, Estados e Municípios, aprovada pela Constituinte, fazendo com que as funções sociais sejam transferidas à alcada dos governos estaduais e municipais.

O novo orçamento, elaborado dentro do princípio de que a meta do déficit para 1989 é inarredavelmente de 2% do PIB, traz embutido um déficit operacional de 2,26% do Produto Interno Bruto (PIB) (produto estimado em 61,39 trilhões a preços de junho passado). Daqui para o final do ano, a Seplan e o Ministério da Fazenda terão um longo caminho a percorrer para baixar esse déficit, para o intervalo de 1 a 1,5% do PIB. "Nesse esforço de buscar o equivalente a 1,25% do PIB de recursos, aumento de impostos, fora os já aprovados até ontem, será o nosso último recurso", afirmou o ministro do Planejamento.

"A redução do déficit público, (...) é condição indispensável ao êxito da política de combate à inflação, à medida que propicia condições para que a política monetária fique liberada para o controle da liquidez e da demanda agregada", ressalta o presidente da República, José Sarney, na mensagem de dezoito páginas enviada ao Congresso Nacional, acompanhando o Orçamento Geral da União, que agora começará a ser avaliado pela comissão mista de orçamento do Congresso, numa tarefa inédita para o Parlamento brasileiro, que pretende discutir a fundo o novo orçamento, como deixou claro ontem o presidente da comissão mista, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), após almoçar com o ministro Abreu.

O orçamento para 1989 fixa as despesas e estima as receitas em CZ\$ 10,42 trilhões. A rigor, a receita do Tesouro Nacional prevista para o ano que vem é de somente CZ\$ 5,99 trilhões. Destes, CZ\$ 4,42 trilhões correspondem a recursos da União e CZ\$ 1,56 trilhão a transferências a Estados e Municípios. Para complementar os recursos, as operações de crédito foram estimadas em CZ\$ 4,06 trilhões, sendo CZ\$ 3,81 trilhões a serem obtidos com colocação de títulos federais, CZ\$ 244,1 trilhões com outras operações de crédito (internas e externas) entre outras fontes.

A receita do Tesouro foi estimada com base no conceito da receita líquida — após dedução de incentivos, abatimentos e restituições — e, segundo mensagem presidencial, está estimada para 1989 uma renúncia de receitas da ordem de CZ\$ 1,23 trilhão, equivalente a 20,7% da receita do Tesouro, e está aí uma das contas a vasculhar para, daqui até o final do ano, encontrar mais recursos fiscais.

O imposto com maior previsão de arrecadação é, obviamente, o Imposto de Renda, cuja estimativa indica uma receita bruta de CZ\$ 3,3 trilhões, cifra que cai para CZ\$ 2,4 trilhões, descontados os incentivos fiscais, restituições e destinações ao PIN/Proterra. A arrecadação bruta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é de CZ\$ 1,27 trilhão, caindo para CZ\$ 1,17 trilhão após descontados os créditos-prêmios às exportações.

Do lado das despesas, tendo em vista uma receita líquida das transferências a estados e municípios, de CZ\$ 3,8 trilhões, a Seplan usou um critério para calcular as despesas com pessoal (de CZ\$ 2,26 trilhões), as quais, junto com os encargos da dívida interna (CZ\$ 1,35 trilhão), representam os gastos mais pesados da União. O ministro do Planejamento fixou como limite para compromis-

timento dos gastos com pessoal e encargos sociais o teto máximo de 65% da receita líquida do Tesouro.

Não está claro nem para os próprios técnicos da Seplan como esse limite será obedecido, caso haja aceleração inflacionária, por exemplo, corroendo receitas e elevando os reajustes pela URP. "Este é um balizamento", qualificou o ministro Abreu, adiantando, porém, que as despesas com pessoal podem ser reduzidas em outras áreas que não especificamente salários. Nesse aspecto, ele citou que a "operação rescaldo" deverá mexer na estrutura de pessoal, de alguma maneira, já que os cortes de gastos trarão desdobramentos administrativos. Um exemplo claro desses desdobramentos pode ser encontrado no Ministério da Habitação e Urbanismo (MHU) que, com a Operação "Desmonte" e outros cortes, ficou com apenas 7,5% dos recursos que pleiteou.

"Não vamos descartar as despesas de pessoal", adiantou o ministro, citando a possibilidade de concursos internos para realocação de pessoal para órgãos necessitados, como a Secretaria da Receita Federal (SRF), e a aplicação de incentivos à saída de funcionários (através do Decreto-lei nº 2.421).

TRANSFERÊNCIAS

A rigor, a necessidade de financiamento líquido (déficit operacional), exceto as transferências de recursos para as empresas estatais, feitas pelo Tesouro Nacional, atingiria 3,9% do PIB, não fosse a expectativa de CZ\$ 1 trilhão de "float" orçamentário, reduzindo o déficit operacional, assim, para 2,26% do PIB, que sobe para 2,75% do PIB se incluindo as transferências de recursos para as estatais. Esta é a situação das finanças do Governo Central, já contando com as receitas de medidas tributárias recém-anunciadas pelo Ministério da Fazenda.

O ministro do Planejamento acha que, agora, os governos estaduais e municipais — com a nova partilha de recursos da Constituição a ser promulgada e com a elevação da carga tributária principalmente do Imposto de Renda, que representa mais recursos para os estados e municípios — podem dar uma colaboração mais generosa ao déficit operacional, sem gerar um pequeno superávit operacional, pelo menos que apresentem em 1989 um equilíbrio entre receitas e despesas.

PREVIDÊNCIA

Ele acha que a Previdência Social, mesmo com a ampliação dos benefícios que foram aprovados pela nova Constituição, também se pode equilibrar, deixando, assim, que o déficit que distribuído entre o governo central e as empresas estatais. Esta é, porém, apenas uma idéia preliminar do ministro, que ainda não foi discutida com o presidente da República nem com a Previdência Social.

Abreu lembrou ontem que, quando da primeira rodada do orçamento no computador, chegou a ficar desanimado: o déficit potencial marcava 5,1% do PIB para uma meta global de 2% do PIB, sendo que, do ponto de vista do orçamento, não deverá ultrapassar 1,5% do PIB. Com a "Operação Desmonte", esse déficit caiu para 4,28% do PIB. Os cortes totais do orçamento — de CZ\$ 624,7 bilhões, entre a "Operação Desmonte" e outras economias — foram suficientes para trazer o déficit para 2,26% do PIB, no governo central, o que representou, para ele, uma perspectiva animadora.

O ministro acha que os cortes de CZ\$ 694,7 bilhões sobre o orçamento em execução neste ano representam um esforço "muito mais profundo do que o que se alardeou", e mencionou que nesse esforço, combinado com a "Operação Desmonte", alguns ministérios foram literalmente "depenados", ficando com recursos estreitamente para pagar pessoal e a manutenção da máquina administrativa.

O Orçamento Geral da União que foi encaminhado ontem ao Congresso Nacional, apesar de ter procura-

timento dos gastos com pessoal e encargos sociais o teto máximo de 65% da receita líquida do Tesouro.

Não está claro nem para os próprios técnicos da Seplan como esse limite será obedecido, caso haja aceleração inflacionária, por exemplo, corroendo receitas e elevando os reajustes pela URP. "Este é um balizamento", qualificou o ministro Abreu, adiantando, porém, que as despesas com pessoal podem ser reduzidas em outras áreas que não especificamente salários. Nesse aspecto, ele citou que a "operação rescaldo" deverá mexer na estrutura de pessoal, de alguma maneira, já que os cortes de gastos trarão desdobramentos administrativos. Um exemplo claro desses desdobramentos pode ser encontrado no Ministério da Habitação e Urbanismo (MHU) que, com a Operação "Desmonte" e outros cortes, ficou com apenas 7,5% dos recursos que pleiteou.

do antecipar-se as mudanças da nova Constituição, foi feito com base nas regras constitucionais em vigor e traz uma provisão para redução de receitas e acréscimos de transferências a estados e municípios, no valor de CZ\$ 620,2 bilhões.

Conta, também, com uma reserva de contingência de CZ\$ 150 bilhões que, segundo o ministro do Planejamento, não será mais utilizada, como o foi no passado, para dotações suplementares a ministérios ou

para complementar os gastos com despesas de pessoal. A reserva de contingência, disse Abreu, será utilizada para atender a casos efetivamente "especiais" que ele não especificou.

PESSOAL

O ministro Abreu deixou claro também que todo o esforço na área de despesas de pessoal já está embutido na determinação de limitar os gastos com a folha de pagamento em 65% da receita líquida. Segundo

dados distribuídos ontem pela Seplan, os ministérios responsáveis pelos maiores gastos com funcionalismo são: Ministério da Educação, que comprometerá em 1989 CZ\$ 502 bilhões (a preços de junho deste ano) com a folha de salários; Ministério do Exército, CZ\$ 179 bilhões; Ministério da Marinha, CZ\$ 132 bilhões; Ministério da Aeronáutica, CZ\$ 101 bilhões; mais CZ\$ 91 bilhões do Ministério dos Transportes e CZ\$ 87 bilhões da Presidência da República; CZ\$ 85 bilhões

gastos pelo Ministério da Fazenda; CZ\$ 56 bilhões do Ministério da Saúde, ficando, assim, os demais CZ\$ 446 bilhões distribuídos pelos demais ministérios. Poder Legislativo e Judiciário.

DECRETO PRESIDENCIAL

Ontem o presidente assinou decreto que dispõe sobre o exame da proposta de contratação de pessoal no âmbito da administração federal e dá outras provisões.